

A VESTIMENTA CORPORATIVA E A ILUSÃO DA IMPARCIALIDADE: UMA CRÍTICA À EXIGÊNCIA DE DESPERSONALIZAÇÃO DO "SER SOCIAL" NO TRABALHO

CORPORATE ATTIRE AND THE ILLUSION OF IMPARTIALITY: A CRITIQUE OF THE DEMAND FOR THE DEPERSONALIZATION OF THE "SOCIAL BEING" AT WORK

 <https://doi.org/10.63330/armv2n8-017>

Submetido em: 10/09/2026 e Publicado em: 14/09/2026

ARM: e262259

Marco Antônio Teixeira de Paula
Mestrando em Teologia pela Faculdades EST

Silvia Clícia Corrêa dos Santos de Paula
Mestranda em Teologia pela Faculdades EST

Resumo

Este artigo analisa o imperativo corporativo da separação entre o "ser profissional" e o "ser social", tomando o código de vestimenta e o mito da imparcialidade como dispositivos biopolíticos e psicopolíticos de regulação da subjetividade. A partir da articulação teórica entre Foucault, Byung-Chul Han, Sennett, Safatle e Dejours, investiga-se como a exigência de anulação das contingências cotidianas e dos marcadores sociais é operacionalizada enquanto tecnologia disciplinar de controle e despolitização do ambiente laboral. Sustenta-se que a pretensa neutralidade profissional constitui uma impossibilidade ontológica que mascara assimetrias de poder, induz ao sofrimento ético-político e promove a autoexploração sob a lógica do capitalismo flexível. Conclui-se que a superação da cisão subjetiva é pressuposto fundamental para a emancipação do trabalhador e para a edificação de uma práxis ética e integrada no trabalho.

Palavras-chave: Despolitização; Organização do Trabalho; Psicopolítica; Sofrimento Ético; Subjetividade.

Abstract

This article analyzes the corporate imperative of separating the "professional being" from the "social being," examining the dress code and the myth of impartiality as biopolitical and psychopolitical apparatuses for regulating subjectivity. Drawing upon the theoretical framework of Foucault, Byung-Chul Han, Sennett, Safatle, and Dejours, it investigates how the demand to erase everyday contingencies and social markers operates as a disciplinary technology of control and depoliticization within the workplace. It argues that purported professional neutrality constitutes an ontological impossibility that masks power asymmetries, induces ethical-political suffering, and promotes self-exploitation under the logic of flexible capitalism.



The study concludes that overcoming this subjective split is a fundamental prerequisite for worker emancipation and for the establishment of an ethical, integrated praxis at work.

Keywords: Depoliticization; Ethical Suffering; Psychopolitics; Subjectivity; Work Organization.

1 INTRODUÇÃO

A cultura corporativa contemporânea instituiu como dogma central a premissa de que a excelência e a conduta ética dependem da anulação das contingências da vida privada. Sob o argumento da produtividade, da assepsia interpessoal e da civilidade institucional, impõe-se aos indivíduos a obrigação de envergar uma indumentária padronizada e performar uma postura de estrita imparcialidade. Essa exigência pressupõe a viabilidade ontológica de despir-se da própria história, dos recortes de classe, raça e gênero, bem como dos conflitos cotidianos, ao cruzar o contexto de trabalho, instituindo uma fronteira fictícia entre o ambiente produtivo e o cerne social englobante.

Como aponta Michel Foucault (2008, p. 310-311) ao analisar a racionalidade neoliberal, define que o sujeito produtivo não é percebido meramente como uma das partes da troca mercantil, mas como um "empresário de si mesmo", responsável por gerir, otimizar e valorizar continuamente o próprio capital humano. A pretensa neutralidade profissional não se configura como um contexto isento de ideologia ou um ambiente neutro de cooperação; revela-se, em vez disso, uma sofisticada tecnologia de regulação da subjetividade que visa modelar a conduta e transformar o conjunto das afecções humanas em puro ativo produtivo. A tentativa de cindir o indivíduo entre um "ser social" contingente e um "ser profissional" imune ao meio oculta as incongruências de poder e os mecanismos de controle que estruturam o ambiente laboral contemporâneo.

Ao obscurecer a indissociabilidade entre o trabalho e a existência concreta, a narrativa corporativa transforma demandas sistêmicas em imperativos de autogestão do campo emocional. Exigir a despersonalização no exercício laboral equivale a impor uma despolitização dos corpos, interditando a manifestação dos sofrimentos e contradições estruturais que perpassam a experiência do trabalhador. Assim, o exame rigoroso desse paradigma revela que a estética da neutralidade atua precipuamente como um véu ideológico destinado a manter a fluidez das engrenagens produtivas à custa do silenciamento e da fragmentação das pessoas.

2 A PERFORMATIVIDADE DO CORPO VESTIDO: DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA NO ESPAÇO LABORAL

A vestimenta corporativa excede a função utilitária de proteção física ou a simples observância de normas de etiqueta profissional; constitui um dispositivo disciplinar de modulação da presença física e da



apresentação pública. Conforme a formulação de Foucault (1999, p. 33-38), onde menciona que as mecânicas de poder operacionalizam diretamente sobre o corpo, adestrando suas forças, normatizando suas superfícies e conformando seus gestos. A imposição de um código estético seja formalizada em manuais de vestuário ou velado nas dinâmicas de pertencimento, comportamento e promoção atuam como uma armadura performática destinada a neutralizar as singularidades das pessoas e apagar os marcadores histórico-sociais do seu "ser social".

A exigência de padronização estética estabelece uma norma hegemônica que define quais corpos e aparências são legitimados ou "adequados" no contexto de trabalho. Ao analisar a fragilização dos laços sociais e institucionais no capitalismo contemporâneo, Richard Sennett (1999, p. 93-94), demonstra como a flexibilidade corporativa exige uma apresentação pública superficialmente polida, em que o conflito, a vulnerabilidade e a espessura da história pessoal são banidos do convívio sob a ameaça de exclusão e ilegitimidade. A roupagem corporativa funciona, assim, como uma tecnologia de visibilidade regulada: visa produzir uma estética de compostura e higienismo social, na qual o parecer eficiente, asséptico e desinteressado suplanta a existência concreta e encarnada na pessoa trabalhadora.

Ademais, essa padronização da indumentária desdobra-se em um mecanismo sutil de homogeneização de classe e neutralização dos marcadores corporais. Ao tentar apagar os sinais visíveis do cotidiano, a norma estética corporativa faz emergir um imperativo padrão eurocêntrico e burguês de "apresentabilidade", que penaliza desproporcionalmente os corpos que recusam ou não conseguem performar esse simulacro de neutralidade. O corpo vestido para a corporação deixa de pertencer a pessoa e de forma posterior passa a ser codificado como propriedade da marca ou da função, efetivando-se como o primeiro nível de contenção biopolítica: antes mesmo de qualquer ação técnica, o trabalhador deve provar sua docilidade pela submissão do próprio corpo ao padrão visual imposto pela organização.

3 A IDEOLOGIA DA IMPARCIALIDADE E A REGULAÇÃO PSICOPOLÍTICA

A exortação para descartar as intercorrências do cotidiano fundamenta-se no mito da imparcialidade funcional, erigido pelo ecossistema corporativo como o ápice da maturidade e da ética no trabalho. Essa narrativa sustenta que o ambiente de trabalho deve operacionalizar de forma asséptica, imune às perturbações emocionais, conflitos sociais ou pautas políticas que perpassam o cotidiano das pessoas. No entanto, Byung-Chul Han (2018, p. 33-37), adverte que o poder neoliberal não atua primordialmente pela coerção física ou pelo impedimento externo, mas pela sedução, pela interiorização das normas e pela otimização contínua do psiquismo. O imperativo de deixar os problemas "da porta para fora" impõe a pessoa funcional uma autovigilância ininterrupta, na qual o autocontrole, a resiliência fabricada e a neutralidade são ressignificados em métricas de desempenho moral.



Longe de representar uma postura de isenção ética, a exigência de imparcialidade funciona como uma estratégia de despolitização do ambiente de trabalho. Ao vedar o acolhimento das contradições, das lógicas do cuidado e dos sofrimentos cotidianos, a organização interdita a emergência da crítica e neutraliza a solidariedade entre os pares. Como destaca Vladimir Safatle (2019, p. 28-32), aponta que as estruturas de regulação social contemporâneas frequentemente utilizam o discurso da racionalidade e do equilíbrio para inviabilizar a manifestação do dissenso e o reconhecimento do sofrimento psíquico enquanto questão política. Sob o manto da neutralidade, exige-se que o trabalhador absorva individualmente os impactos da precarização e da instabilidade social, tratando problemas sistêmicos como meras "falhas de gestão pessoal".

Em contrapartida às lógicas que impõem a passividade e a cisão da pessoa, abordagens emancipatórias contemporâneas demonstram que o protagonismo, o engajamento concreto e o desenvolvimento da autonomia são alcançados justamente quando se integra o fazer prático à subjetividade e ao respeito às singularidades humanas (Paula; Paula; Klemz, 2026).

Dessa forma, a imparcialidade corporativa revela-se um dispositivo incongruente: exige-se da pessoa trabalhadora a neutralidade absoluta diante das injustiças e violências institucionais, enquanto a própria empresa operacionaliza guiada por interesses econômicos e ideológicos altamente direcionados, derivados do capitalismo avassalador. A ordem de ignorar o "ser social" cria uma interdição ao debate sobre as condições materiais de vida, fazendo com que o luto, a sobrecarga do trabalho doméstico e os marcadores de vulnerabilidade sejam percebidos como "desvios de conduta" ou "falta de profissionalismo". Essa recusa institucional em acolher as dinâmicas do mundo vivido reflete uma prática mais ampla de deslegitimação das expressões culturais e das vivências concretas dos sujeitos, as quais, quando não se enquadram na rigidez canônica e formal dos espaços hegemônicos, passam a ser estigmatizadas como mero ruído ou falta de rigor (Rodrigues; Klemz, 2022). Trata-se de uma violência epistêmica que desorganiza a capacidade coletiva de reação, confinando a pessoa trabalhadora à solidão de um desempenho que nunca pode falhar.

4 A CISSIPARIDADE SUBJETIVA E A MERCANTILIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA

A cisão imposta entre o "ser social" e o "ser profissional" acarreta uma severa fragmentação psíquica com desdobramentos nefastos para a integridade do indivíduo. Ao analisar o esgotamento do sujeito contemporâneo Han (2015, p. 25 – 30.) aponta que a busca obsessiva pelo alto desempenho e pela positividade contínua conduz a uma auto exploração ilimitada. Quando forçado a mascarar suas angústias diárias para sustentar uma imagem invulnerável de competência, a pessoa trabalhadora consome uma quantidade expressiva de energia psíquica na mera manutenção dessa fachada profissional, desencadeando processos profundos de despersonalização e estafa.



Essa exigência de despersonalização contraria a própria natureza do trabalho enquanto realização humana e prática social integrada. Em sua análise sobre a dimensão ética e psíquica da atividade laboral, Christophe Dejours (1992), demonstra que a tentativa de extrair a dimensão subjetiva e social do indivíduo reduzindo-o a um executor imparcial e desapaixonado desencadeia severos processos de alienação. Para Dejours (1992, p. 45-52), o trabalho jamais é neutro: quando a organização impede que o sujeito engaje suas afecções, seus valores éticos e suas reflexões críticas naquilo que faz, instala-se o "sofrimento ético-político", no qual o trabalhador é obrigado a colaborar com dinâmicas que desaprova para se manter inserido na estrutura corporativa.

Nesse cenário de fragmentação, a própria subjetividade torna-se mercadoria a ser continuamente polida e exibida. A separação entre o eu público e o eu privado deixa de ser uma proteção da intimidade para se tornar uma clausura que impede a autenticidade da práxis humana. A pessoa trabalhadora, obrigada a cindir-se diariamente para responder aos padrões operacionais, passa a vivenciar sua própria existência de forma instrumental. Essa cisão artificial perpetua a dominação na medida em que impede que a pessoa reconheça no trabalho um espaço de ressignificação social, reduzindo-a à condição de engrenagem dócil dentro da cadeia produtiva.

5 CONCLUSÃO

A crítica ao imperativo da despersonalização revela que o código de vestimenta e o mito da imparcialidade não constituem garantias de neutralidade ou profissionalismo, mas sim mecanismos de regulação da subjetividade e controle biopolítico dos corpos. A pretensão corporativa de forçar a pessoa trabalhadora a abandonar seu "ser social" na porta da instituição assenta-se em uma concepção mecanicista e reducionista que ignora a indissociabilidade entre a existência concreta, o contexto histórico e o exercício laboral.

Como demonstrado pela literatura contemporânea mobilizada, a neutralidade corporativa operacionaliza como um véu ideológico que mascara assimetrias estruturais, despolitiza as relações de trabalho e promove o silenciamento das vulnerabilidades humanas. Romper esse paradigma de fragmentação exige o reconhecimento ético de que as pessoas ingressam nas organizações munidos de suas histórias, marcadores sociais, dilemas e processos experienciais. A edificação de inter-relações de trabalho efetivamente emancipatórias e humanizadas depende, fundamentalmente, da superação do mito da insularidade profissional em favor da integração plena da dimensão social, política e afetiva dos trabalhadores, levando em conta que pessoa de direito em suas funções, são pessoa de fato em suas sociedades funcionais.



REFERÊNCIAS

BYUNG-CHUL HAN. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BYUNG-CHUL HAN. **Psicopolítica**: O Neoliberalismo e as Novas Tecnologias do Poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lucia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DE PAULA, Marco Antônio Teixeira et al. Cultura maker: uma metodologia aplicada na educação para o desenvolvimento da pessoa em contexto de inclusão. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 32, p. 1-13, 2026.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RODRIGUES, Vagner de Souza; KLEMZ, Charles. Cultura pop no ambiente escolar: conhecimento sim, matação não!. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 48, n. 2, p. 108-119, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/view/2826>. Acesso em: 24 jul. 2026.

SAFATLE, Vladimir. **Dar corpo ao impossível**: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.